

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.658.490 - RJ (2020/0025629-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A**  
**ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO VINHAIS CORRÊA - RJ076488**  
**JOÃO CÂNDIDO MARTINS FERREIRA LEÃO - RJ143142**  
**AGRAVADO : NADIA FRANCISCA TEIXEIRA**  
**ADVOGADO : CARLOS ALBERTO FELICIANO DOS SANTOS - RJ080046**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SUPERVIA. PASSAGEIRA ATINGIDA POR PEDRA DURANTE VIAGEM DE TREM. FALTA DO DEVER DE CUIDADO DA CONCESSIONÁRIA, AO NÃO GARANTIR O ISOLAMENTO DA VIA. OBRIGAÇÃO IMPOSTA PELO DECRETO Nº 1.832/96. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO PARA R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS). OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. A FIXAÇÃO DA VERBA EM QUANTIA MENOR DO QUE A PLEITEADA NÃO CORRESPONDE A SUCUMBÊNCIA. ENUNCIADO DE SÚMULA Nº 326, DO STJ. PROVIMENTO DO RECURSO. (fl. 168).

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 14, § 3º, II, do CDC e 186 do CC, no que concerne à ausência de responsabilidade pelo dano em razão de caso fortuito ou de fato de terceiro, trazendo os seguintes argumentos:

Primeiramente, importa reconhecer que se aplicam à presente demanda as disposições atinentes à relação de consumo, especificamente, ao contrato de transporte, atentando-se ao Artigo 14, §3º do CDC.

Ocorre que os fatos referentes ao presente caso guardam relação à prejudicial externa, constante no inciso II, parágrafo 3º do Artigo 14 do CDC, que entende que o fornecedor de serviços não será responsabilizado quando restar comprovado o fato de terceiros.

Apesar da Recorrida não fazer prova mínima de suas alegações, se porventura ocorreu o fato narrado na peça de ingresso, não há que prosperar os argumentos da Autora.

Importa ressaltar que o fato da Autora ter levado uma pedrada no

interior da composição, no dia 05/06/2015, caracteriza fortuito externo, totalmente alheio às atividades da Ré.

Importante informar que existem composições com janelas que abrem e fecham normalmente, não são vedadas. Se, acaso tenha acontecido a pedrada, a janela poderia estar aberta.

Ainda quando a responsabilidade é objetiva, deve ser verificada a presença do ato, omissivo ou comissivo, do nexo de causalidade e do dano. O nexo de causalidade é afastado por motivo de força maior, caso fortuito e fato exclusivo da vítima ou de terceiro.

Modernamente, a doutrina passou a dividir o caso fortuito em externo e interno, reduzindo as hipóteses de excludente da responsabilidade somente quanto o fato imprevisível não fosse relacionado ao natural risco do negócio. Ou seja, ainda que fosse fato imprevisível e inevitável, configuraria fortuito interno tudo aquilo que fosse relacionado ao risco da atividade que o prestador assumiu. Caso não tivesse relação, permaneceria a excludente da responsabilidade pelo fortuito externo.

No caso em tela, o arremesso de objeto fora da composição, e fora das dependências da Supervia constituem caso fortuito externo, capaz de prejudicar o serviço de transporte prestado pela Ré, ainda que esta tome as devidas precauções.

[...]

Portanto, resta demonstrada a excludente de nexo causal no caso em questão, não podendo a Ré ser responsabilizada por suposto dano causado ao Autor, posto que este fora causado por fatos alheios à sua gestão.

[...]

Ora, o fato de terceiros, como demonstrados no presente caso, exclui o nexo causal entre a conduta do fornecedor e o dano, excluindo-o, portanto, do dever de repará-lo. (fls. 193/196).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 884 e 944, *caput* e parágrafo único, do CC, no que concerne ao valor desproporcional fixado a título de dano moral, trazendo os seguintes argumentos:

Outrossim, o quantum indenizatório fixado pelo d. juízo a quo beira ao enriquecimento sem causa. Isto porque, é inegável que o acidente ocorreu por fato de terceiros, notório que o quantum de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) fixado a título de dano moral é absolutamente desproporcional ao dano sofrido, estando o valor bem acima daquele que vem sendo fixado pelo e. Tribunal de Justiça, in verbis:

[...]

Com efeito, o arbitramento do valor da condenação não pode ser ínfimo sob pena de não reparar o dano e tampouco pode ser excessivo, sob pena de constituir enriquecimento sem causa. Esta proporcionalidade deve considerar a extensão do dano, a reprovabilidade da conduta e a capacidade econômica das partes o que, in casu, não foi observado, pois ainda que admitida a lesão o valor fixado pela r. sentença foi muito além do razoável e proporcional ao caso concreto. (fls. 196/198).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 1.022 do CPC, no que concerne à omissão no aresto de origem.

É o relatório. Decido.

Em relação à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Cuida-se de responsabilidade civil do Estado, por força de expressa disposição constitucional sobre o tema, sendo a regra geral a da responsabilidade objetiva (art. 37, § 6º da CRFB), cujo fundamento é a teoria do risco administrativo, obrigando-se o Poder Público a reparar o prejuízo que causar a outrem, por meio de ação lícita ou ilícita de seus agentes, bastando a comprovação do dano e do liame de causalidade.

Além disso, o caso concreto também atrai a incidência das regras expressas na Lei nº 8.078/90, pois a demandante é consumidora do serviço prestado pela concessionária ré, que responde objetivamente pelo fato do serviço, nos termos do art. 14, do CDC.

**Dessa forma, a concessionária exime-se da responsabilidade se comprovar fato exclusivo da vítima ou de terceiro, caso fortuito ou força maior.**

**A autora alega falha na prestação do serviço, consubstanciada na falta de segurança durante uma viagem de trem, quando foi atingida por uma pedra lançada da parte de fora da composição.**

[...]

**Por isso, a cláusula de incolumidade própria dos contratos de transporte não alcança os danos sofridos pelo passageiro em razão do fortuito externo, desde que demonstrado que o transportador tomou as cautelas devidas.**

**No caso concreto, o argumento de que o trem se encontrava com a porta aberta não ficou suficientemente esclarecido, mas o fato é que a autora, de dentro do trem, foi atingida por uma pedra lançada da parte de fora da composição, quando esta se encontrava em movimento. Esses dados foram suficientemente comprovados pelas provas documentais acostadas (fls. 10/11, e pela prova testemunhal produzida (fls.128).**

Considerando que “A Administração Ferroviária deverá implantar dispositivos de proteção e segurança ao longo de suas faixas de domínio”, nos termos do art. 12, do Decreto nº 1.832/96, que trata do Regulamento dos transportes ferroviários, forçoso concluir pela falta de dever de cuidado da ré, ao não garantir o isolamento da via, permitindo que uma pedra atingisse a usuária com considerável potencial lesivo.

Assim, porque concorreu para o evento danoso, a concessionária responde pelos danos causados à passageira/vítima, sendo certo que o dano moral, na hipótese, está *in re ipsa*. (fls. 170/171).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a

modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

O valor da respectiva indenização deve servir para compensação íntima do ofendido e, dada a subjetividade, deve o julgador atentar para a sua extensão, para o comportamento da vítima, o grau de culpabilidade do ofensor e a condição econômica de ambas as partes, além dos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo que o ofensor se veja pedagogicamente repreendido a não repetir o ato e a vítima seja compensada pelo prejuízo experimentado, sem, contudo, implicar em enriquecimento sem causa.

Nesse diapasão, entendo que a quantia arbitrada merece ser reduzida para R\$6.000,00 (seis mil reais), de modo a atender a esses propósitos. (fls. 171/172).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de

# *Superior Tribunal de Justiça*

13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente